

PATRIMÓNIOS
de
INFLUÊNCIA PORTUGUESA:
modos de olhar

WALTER ROSSA
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO
[ORG.]

TÍTULO DO LIVRO

Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Fundação Calouste Gulbenkian

URL: <http://www.gulbenkian.pt>

Vendas online: <http://www.montra.gulbenkian.pt>

Editora da Universidade Federal Fluminense

ORGANIZAÇÃO

Walter Rossa

Margarida Calafate Ribeiro

AUTORES

Ana Maria Mauad, António Sousa Ribeiro, Eduardo Lourenço, Francisco Bethencourt, Francisco Noa, Graça dos Santos, Helder Macedo, José Pessôa, Luísa Trindade, Luís Filipe Oliveira, Margarida Calafate Ribeiro, Maria Fernanda Bicalho, Miguel Bandeira Jerónimo, Mirian Tavares, Renata Araujo, Roberto Vecchi, Sandra Xavier, Sílvio Renato Jorge, Vera Marques Alves e Walter Rossa

PRODUÇÃO

Nuno Lopes

REVISÃO

Maria da Graça Pericão

DESENHO GRÁFICO

António Barros

CAPA

Helena Rebelo

INFOGRAFIA

Alda Teixeira

EXECUÇÃO GRÁFICA

Norprint – a casa do livro

ISBN

978-989-26-1040-5

ISBN DIGITAL

978-989-26-1041-2

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1041-2>

DEPÓSITO LEGAL

397619/15

PATRIMÓNIOS
de
INFLUÊNCIA PORTUGUESA:
modos de olhar

WALTER ROSSA
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO
[ORG.]

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

MODOS DE OLHAR	9
<i>Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro</i>	
1.ª PARTE: CONCEITOS	
1. Língua, comunidade e conhecimento	39
<i>Helder Macedo</i>	
2. Influência, origem, matriz	47
<i>Renata Araujo</i>	
3. Identidade, herança, pertença	65
<i>Roberto Vecchi</i>	
4. Memória	81
<i>António Sousa Ribeiro</i>	
5. Colonialismo moderno e missão civilizadora	95
<i>Miguel Bandeira Jerónimo</i>	
6. Colonização e pós-colonialismo: as teias do património	121
<i>Francisco Bethencourt</i>	
ENTREVISTA COM <i>EDUARDO LOURENÇO</i>	149
2.ª PARTE: DISCURSOS E PERCURSOS	
1. Patrimónios da palavra: reescritas nas literaturas de língua portuguesa	173
<i>Margarida Calafate Ribeiro</i>	

2. Literatura, narrativas, discursos: o poder do discurso e a arte da narração	225
<i>Francisco Noa</i>	
3. Leitura, citação, tradução	241
<i>Sílvio Renato Jorge</i>	
4. Corpo, voz e língua como patrimónios de emigração	257
<i>Graça dos Santos</i>	
5. Territórios e redes na historiografia	283
<i>Maria Fernanda Bicalbo</i>	
6. Dos documentos à história e aos arquivos	305
<i>Luís Filipe Oliveira</i>	
7. Práticas e materialidades, etnografias e antropologia	329
<i>Sandra Xavier e Vera Marques Alves</i>	
8. Cinema: tempos e movimentos	351
<i>Mirian Tavares</i>	
9. Fotografia pública e poder.	377
<i>Ana Maria Mauad</i>	
10. Desenho: discurso e instrumento	401
<i>Luísa Trindade</i>	
11. A arquitetura como documento	453
<i>José Pessoa</i>	
12. Urbanismo ou o discurso da cidade	477
<i>Walter Rossa</i>	

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a:

Fundação Calouste Gulbenkian.

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Débora Santos.

Helena Salgado.

Maria da Graça Pericão.

Maria João Padez.

Nuno Lopes.

(Página deixada propositadamente em branco)

5

**COLONIALISMO MODERNO
E MISSÃO CIVILIZADORA**

No seu *Política Ultramarina de Portugal*, de 1955, Francisco Bahía dos Santos argumentava que a elevação moral dos “povos atrasados” fora a pedra angular da política colonial portuguesa, a “preocupação tradicional” de uma política sempre capaz de conciliar o “interesse material” com a realização de uma tarefa de “sentido universal”. A antiguidade dos traços humanitários da colonização portuguesa seria inegável, um “processo acidental”, ditado por princípios “morais e sentimentos religiosos”, que se tornou uma política nacional, visando “a unidade política e a assimilação espiritual”. Contrariamente ao que sucedia com outras “nações colonizadoras”, a excepcionalidade da colonização portuguesa era fácil de compreender e demonstrar. As *políticas indígenas* que governaram a constituição do terceiro império seriam mais “espontâneas que deliberadas”, inscrevendo, codificando-as e formalizando-as, tendências *naturais* num conjunto de doutrinas que apontavam para a constituição de uma *prova* legal da constante *missão civilizadora*. Contudo, a retórica de uma doutrina institucionalizada da missão civilizadora foi sempre mais um princípio declarado do que uma prática efetiva, foi sempre mais um expediente que uma política, como James Duffy sintetizou com perspicácia.¹

¹ Francisco Bahia dos Santos (1955), *Política Ultramarina de Portugal*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 181. Veja-se ainda James Duffy (1959), *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 292-293.

A assimilação nunca foi uma política *de facto*, ou sequer um desiderato significativo. A assimilação foi, no essencial, uma política marcadamente “seletiva”, mais determinada pelas circunstâncias e por interesses conjunturais do que por um projeto de incorporação cultural, integração social ou promoção civilizacional que tivesse como meta a universalização e uniformização de direitos e deveres dentro do espaço imperial, não obstante as proclamações retóricas nesse sentido. Ou seja, foi antes o resultado das necessidades de um estado imperial e colonial com inúmeras limitações políticas, administrativas, económicas e militares e um produto da *situação colonial*, do que consequência de um complexo de idiomas e repertórios efetivamente planeado e aplicado nos territórios coloniais. Foi central na imaginação política do império, nos esforços da sua legitimação ideológica, mas não nos seus processos dominantes. Não foi certamente o produto da aplicação da torrente de medidas legislativas que visavam regular a natureza, o momento e os objetivos da suposta incumbência civilizadora. As leis imperiais foram, no essencial, leis de relações raciais; isto é, a legislação incorporou no seu cerne as *gramáticas* de um racismo institucionalizado, como o regime do Indigenato foi demonstrando até à sua abolição em 1961. Foram instrumentos de perpetuação, e não poucas vezes de agudização, e não de correção das condições objetivas de discriminação política, social, cultural e económica. Por exemplo, as leis que procuraram suprimir, de modo gradual, o tráfico de escravos e a escravatura foram, no essencial, instrumentos para legitimar e legalizar o trabalho forçado e novas formas económicas de dominação colonial. Não eram, seguramente, instrumentos com o fim de moralizar, por assim dizer, os termos das relações económicas e sociais coloniais. Ocuparam um lugar central nas modalidades

ideológicas de justificação e legitimação do império colonial, mas pouco contribuíram para uma transformação mais profunda.²

Como qualquer *sistema* político, as estruturas imperiais e coloniais (e os projetos a estas associados) precisaram sempre de idiomas e repertórios ideológicos – plurais, contestados, com múltiplas origens sociais – de legitimação da sua existência e dos seus *modi operandi* administrativos. Como em qualquer ideologia, os argumentários das ideologias imperiais visaram sempre a autopetuação, a justificação da existência e da *imperiosa* preservação do império, assim como a legitimação dos modos de governação e administração imperial, dos seus idiomas e dos seus repertórios (não só instituições de governo mas também os sistemas e práticas de administração e regulação da vida das populações).³ De justificações valorizando os benefícios económicos do império a fundamentações sublinhando o seu *imperativo civilizacional*, passando por razões que apontavam para os seus benefícios *cívicos* – caráter, honra, glória –, foram (e são) várias as articulações (e rearticulações) da ideologia imperial.⁴ Estas foram, claro, quase sempre acompanhadas por argumentários de

² Miguel Bandeira Jerónimo (2012), “The “Civilization Guild”: Race and Labour in the Third Portuguese Empire c.1870-1930”, in Francisco Bethencourt e Adrian Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese Speaking World*, 173-199. Londres: Oxford University Press.

³ É importante sublinhar a necessidade de se escrutinar a constituição histórica das ideologias imperiais para lá da mera decifração de textos escritos. A centralidade da análise das práticas sociais e da produção, circulação e receção de cultura material e visual deve ser reconhecida. Por outro lado, devemos ainda sublinhar o papel de justificação, de legitimação, de transformação e de contestação de uma dada ordem social e política que as ideologias desempenham. Para uma reflexão importante veja-se, entre outros, Michael Freeden (2004), “Ideology, political theory and political philosophy”, in Gerald Gaus e Chandran Kukathas (eds.), *Handbook of Political Theory*, 173-199. London: Sage.

⁴ Duncan Bell isola cinco tipos-ideais de modalidades de justificação ideológica das formações imperiais; comercial-explorador; realista-geopolítico; liberal-civilizacional; republicano; marcial. Duncan Bell (2013), “The ideologies of Empire”, in Michael Freeden, Lyman Tower Sargent & Marc Stears (eds.), *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford UP, *maxime* 543 e ss.

resistência, associados à contestação da (des)ordem e da dominação imperial, tanto os que advogaram a necessidade da sua reforma como os que reclamaram o seu desmantelamento.⁵

Muito está por fazer no que concerne à identificação e estudo da substância plástica das ideologias imperiais no dito “terceiro império português”, sobre os seus contextos de produção (nacionais e internacionais), sobre as redes e instituições da sua disseminação e sobre as redes e práticas da sua apropriação e da sua contestação.⁶ As modalidades ideológicas dominantes que procuraram legitimar os imperialismos de benevolência, de obrigação, de inevitabilidade, de tutela ou de desenvolvimento/modernização estão ainda por estudar em profundidade.⁷ Em Portugal, o imperialismo de benevolência – essencialmente centrado na supressão da escravatura e do tráfico de escravos, alicerçado em competitivas motivações religiosas (o objetivo da conversão ao cristianismo e, em grande medida, proveniente de setores protestantes) e humanitárias (defendendo a melhoria das condições de vida das populações não-europeias) – foi fortemente condicionado pela persistência de uma ideologia da escravatura.⁸

⁵ Jonathan Derrick (2008), *Africa's 'Agitators': Militant Anti-Colonialism in Africa and the West, 1918-1939*. London: Hurst.

⁶ Considere-se, contudo, a síntese de Valentim Alexandre (2005) “O Império Português (1825-1890): ideologia e economia”, *Análise Social*, Vol. XXXVIII, n.º 169, 959-979, e Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (2015), “Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal”, in Dietmar Rothermund (ed.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945-2013*. Cambridge: Cambridge University Press, 97-119.

⁷ Para os primeiros três tipos de imperialismos veja-se Andrew Porter (2011), *O Imperialismo Europeu, 1860-1914*. Lisboa: Coleção História&Sociedade, Edições 70. Para os de tutela e de desenvolvimento veja-se, entre outros, Neta Crawford (2002), *Argument and Change in World Politics: Ethics, Decolonization, Humanitarian Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press; Michael Callahan (2004), *A Sacred Trust: The League of Nations and Africa, 1929-1946*. Brighton: Sussex Academic Press; e Joseph Hodge, Gerald Hodl e Martina Kopf (eds.) (2014), *Developing Africa: Concepts and Practices in Twentieth Century Colonialism*. Manchester: Manchester University Press.

⁸ Miguel Bandeira Jerónimo, “The ‘Civilization Guild’”. Veja-se ainda João Pedro Marques (2006), *The Sounds of Silence: Nineteenth-Century Portugal and the Aboli-*

Já o imperialismo de obrigação, marcado por concepções utilitaristas radicadas em perspetivas evolucionistas explicativas da diferenciação racial e da diversidade cultural, deteve um inegável protagonismo, como sucedeu com o imperialismo de inevitabilidade, caracterizado pela justificação da expansão colonial e do associado projeto civilizacional enquanto consequência natural da superioridade europeia e ocidental, num processo revelador de uma espécie de variante social, política e económica das teorias e esquemas da seleção natural. Igual ressonância tiveram os vários imperialismos de tutela e de desenvolvimento, associados à progressiva internacionalização das questões imperiais e coloniais, desde finais do século XIX até ao *momento* descolonizador. Todos estes contextos, discursos e processos históricos envolveram múltiplas *teorias*, ideologias e imaginários imperiais⁹ e tiveram a participação de múltiplos saberes (com destaque para as ciências sociais e humanas¹⁰), participando

tion of the Slave Trade. Oxford: Berghahn Books. Para uma análise global de longa duração veja-se o seminal trabalho de Francisco Bethencourt (2013), *Racisms: from the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton, Oxford: Princeton University Press.

⁹ As teorias desempenham um papel central na formação histórica de ideologias mas não esgotam este processo. A existência de imaginários sociais concretos e minimamente partilhados, que funcionem como enquadramentos culturais propiciadores de conhecimento e comunicação, são fundamentais. De outro modo, as formas legítimas de legitimação das ideologias são pouco prováveis. Para a necessária distinção entre ideologias, imaginários e *teorias* imperiais, veja-se Duncan Bell, “The ideologies of Empire”, *maxime* 538-543. Bell recupera a noção de imaginário social proposta por Charles Taylor (2014) em *Modern Social Imaginaries*. Durham, NC: Duke University Press, em si fortemente devedora da noção de *comunidade imaginada* de Benedict Anderson (1991). Veja-se Benedict Anderson (2012), *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Coleção História&Sociedade, Edições 70.

¹⁰ A história dos idiomas e repertórios de legitimação imperial e a história da evolução das ciências sociais e humanas são histórias profundamente interligadas. A imaginação (geo)política dos impérios coloniais europeus só pode ser compreendida explorando as suas interseções. David Long e Brian Schmidt (eds.) (2005), *Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations*. Albany: SUNY Press; Georges Steinmetz (ed.) (2013), *Sociology and Empire: The Imperial Entanglements of a Discipline*. Durham, NC: Duke University Press; Miguel Bandeira Jerónimo (2015), “Geografias vitais: A imaginação (geo)política do novo imperialismo europeu (1870-1920)”, in Francisco Colom González, (ed.), *El espacio político. Aproximaciones al ‘giro espacial’ en la teoría política*. Madrid: Editorial Anthropos.

na constituição de inúmeras doutrinas de uma *missão civilizadora*, baseadas numa codificação da *desigualdade* civilizacional e racial, geradora de um conjunto de *políticas da diferença* que eram, simultaneamente, políticas que visavam demonstrar e legitimar o esforço colonizador e civilizador.¹¹

De facto, a racialização do mundo imperial e colonial, baseada num *corpus* de representações sobre a “psicologia” e a “cultura” das comunidades nativas e do seu estado de desenvolvimento socio-cultural, constituiu um poderoso instrumento de legitimação das políticas imperiais e coloniais, sobretudo as *políticas indígenas*.¹²

A racialização da imaginação imperial, das formas de conhecimento e entendimento da situação colonial e das respetivas formações sociais, dos códigos e das práticas culturais, dos sistemas económicos e educacionais e, como referimos, dos enquadramentos legais da colonização (incluindo as leis que regulavam as relações sociais coloniais) criou condições favoráveis à persistência de práticas coloniais conducentes à lógica de assimilação “seletiva”, ao regime formal e informal de cidadania dual, à institucionalização de formas múltiplas de discriminação racial, económica, política e social. As *políticas indígenas* constituíram a codificação jurídica da

¹¹ Para a noção de *políticas da diferença* veja-se Frederick Cooper e Jane Burbank (2010), *Empires in world history*. Princeton: Princeton University Press, 11-13. Para o catálogo de concepções de *civilização* no interior de ideologias imperiais explore-se Brett Bowden (2009), *The Empire of Civilization: The Evolution of an Imperial Idea*. Chicago: University of Chicago Press.

¹² Por racialização entendemos a combinação entre *dimensões ideológicas* – o uso da ideia de raça para estruturar a perceção sobre grupos ou populações, ou seja, a sua categorização a partir de uma perspetiva racial, definindo e construindo coletividades sociais diferenciadas; e o uso destas categorias e visões raciais para *racializar* interações e relações sociais entre coletividades sociais diferenciadas – e *dimensões práticas ou institucionais* – o processo de institucionalização destas categorias e visões raciais no interior do aparelho de Estado, ou seja, o processo de organização das divisões raciais (e das desvantagens associadas) por parte do Estado, um *racismo institucional* patrocinado pelo Estado. Veja-se Rohit Barot e John Bird (2001), “Racialization: The Genealogy and Critique of a Concept”, in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, n.º4, 601-618; Karim Murji e John Solomos (eds) (2005), *Racialization: Studies in Theory and Practice*. Oxford: Oxford University Press.

diferença racializada (diferenciação a partir de critérios raciais): na categorização e classificação das populações nativas, na sua administração e controlo diferenciados, na definição do seu estágio de desenvolvimento “civilizacional” e das subseqüentes “necessidades”, direitos e deveres, ou seja, na definição discriminada do seu papel político e económico (por exemplo, no uso prolongado do trabalho forçado e obrigatório). A construção do Estado-império português e das suas inúmeras *políticas da diferença* foi um processo histórico intimamente ligado a processos históricos de *racialização*, com óbvias dissemelhanças em relação a outros casos mas partilhando, no entanto, inegáveis similitudes.¹³

Um exemplo claro deste processo, e também causa evidente da sua centralidade, reside no pragmatismo colonial de finais de oitocentos (imbuído de uma considerável genealogia histórica, claro está), que contribuiu de modo decisivo para a racialização da imaginação e das práticas políticas centradas na formação imperial. A institucionalização de um pragmatismo colonial racializado – protagonizado, em oitocentos, por figuras como Oliveira Martins, António Ennes ou Mouzinho de Albuquerque, entre outros – prolongou-se, de diferentes modos e com várias articulações mas com inegáveis continuidades, ao longo do século XX. O pensamento, também ele diverso mas com afinidades incontornáveis, dos principais especialistas imperiais e coloniais – utilitaristas e pragmáticos na sua imaginação das funções políticas, económicas e socioculturais do império colonial – foi recuperado por personalidades como Sampaio e Mello, José Gonçalo Santa Rita, Marnoco e Souza, Rui Ennes Ulrich. Este pragmatismo colonial racializado estimulou elaborações científicas (que justificaram e legitimaram o seu pensamento), foi

¹³ Veja-se, a este propósito, David Theo Goldberg (2002), *The Racial State*. Oxford: Blackwell; idem (2002a), “Racial States”, in David Theo Goldberg e John Solomos (eds), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*, 233-258. Oxford: Blackwell.

incorporado pelos sistemas de educação colonial (sobretudo na metrópole, tanto a um nível rudimentar como superior), alimentou a propaganda colonial que visou a *imperialização* da nação (nos jornais e em eventos como a *Semana das Colónias* de 1920 em diante), formou os *curricula* e os manuais de administração colonial que educaram gerações de burocratas coloniais, e cristalizou-se em formas de imaginação (geo)política do Estado-império (pense-se nas posições portuguesas na defesa internacional dos *sistemas* de trabalho colonial no interior do seu império). O argumentário pragmático e utilitarista, fortemente racializado, repita-se, predominou ainda na intensa produção legislativa, caracterizando o enquadramento legal da *missão civilizadora* e das suas *políticas indígenas*. Ou seja, o pragmatismo colonial racializado tornou-se o elemento central na formulação de modalidades de dominação colonial – laborais, fiscais, educativas, religiosas ou missionárias – e das respetivas estratégias de legitimação imperial num plano interno e externo.¹⁴

O caso da educação é assaz ilustrativo a este propósito.¹⁵ Se existiu um consenso relativo à necessidade de educar a nação sobre as questões imperiais e coloniais – com objetivo de alargar e racionalizar a soberania e a estrutura administrativa do império (na metrópole e nos territórios coloniais), de acrescentar *cientificidade* aos programas e às políticas coloniais (por exemplo, por via da

¹⁴ Miguel Bandeira Jerónimo, “Civilization guild”.

¹⁵ João Carlos Paulo (1992), “A Honra da Bandeira”. *A Educação Colonial no Sistema de Ensino Português (1926-1946)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, FCSH-UNL; idem (1999), “Da Educação Colonial Portuguesa ao Ensino no Ultramar”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chadhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, 304-333. Lisboa: Círculo de Leitores; Miguel Bandeira Jerónimo (2006), “Os Missionários do Alfabeto nas Colónias Portuguesas (1880-1930)”, in Diogo Ramada Curto (ed.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, 29-67. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Ana Isabel Madeira (2007), *Ler, Escrever e Orar: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950*. Lisboa: Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

formulação de uma *sciência da colonização*¹⁶), de socializar certos setores do país numa ideologia proimperial através da produção e disseminação de propaganda de forma sistemática sobre a história colonial e imperial, num esforço para reforçar a legitimidade interna da continuação dos projetos imperiais –, o mesmo sucedeu quanto aos escassos benefícios da educação colonial, nomeadamente no que diz respeito aos *indígenas*. A própria produção de conhecimento colonial esteve intimamente associada à criação de condições para responder a necessidades políticas, militares e administrativas (delimitação de fronteiras, definição de estratégias securitárias, controlo das populações nativas, formação da burocracia colonial) e a necessidades económicas (nomeadamente a identificação dos recursos naturais a explorar, a organização de um *mercado* laboral nativo o mais estável possível e o desenho das geografias da taxação).¹⁷

A educação, formal e literária, do nativo não foi a prioridade. O facto de terem sido especialistas militares e administradores coloniais, e não pedagogos ou especialistas educativos, a definir o lugar da educação no interior das políticas coloniais, ajuda por certo, a compreender esta situação.¹⁸ As reflexões sobre a educação colonial surgiram sempre como um epifenómeno de debates sobre a necessária reforma das burocracias metropolitanas e coloniais, sobre a natureza, os princípios e os repertórios da *missão civilizadora* (sobre a sua retórica e sobre as suas concretizações), sobre questões demográficas e migratórias associadas à necessidade de

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Lourenço Cayolla (1912), *Sciencia da colonização*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

¹⁷ Miguel Bandeira Jerónimo (2013), “The States of Empire (1880-1975)”, in Luís Trindade (ed.), *The Making of State Power in Portugal*, 65-101. Cambridge: Cambridge Scholars Press. Veja-se ainda, num outro plano, Bernardo Cruz (2015), *Proto-totalitarismo de gabinete: A génese e consolidação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar*. Lisboa: Tese de Mestrado, FCSH-UNL.

¹⁸ João Carlos Paulo (2001), “Cultura e Ideologia Colonial”, in António Henrique de Oliveira Marques (ed.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 34-35.

desenhar programas de colonização étnica, e sobre como alcançar a imperativa modernização dos sistemas de desenvolvimento económico das colónias.

A educação do *indígena* não deixou de ser debatida. No Congresso Colonial de 1901, por exemplo, António Cabreira procurava acrescentar a educação do nativo ao catálogo de projetos civilizadores. Mas a educação colonial continuou a ser essencialmente pensada a partir de outras questões consideradas mais importantes e prementes, desde a necessidade de se pensar a instrução do colono (e oficiais, missionários, comerciantes e homens de negócio, trabalhadores) até à necessidade de vulgarização das ideias e representações sobre o império entre as populações metropolitanas. As necessidades inexoráveis de ocupar e colonizar, de controlar e administrar e de legitimar o império constituíram as razões para conhecer e educar.¹⁹ Contudo, e mesmo assim, a instrução dos futuros colonos, incluindo missionários e militares, revelou sempre enormes debilidades, tendo assentado, essencialmente, na disseminação de *noções* – cursos sobre noções de higiene tropical ou noções sobre etnografia e psicologia do *indígena*, estes últimos sempre baseados em noções de “indolência”, “vadiagem”, “barbárie”, “bestialidade”, um amplo catálogo de preconceitos raciais e etnoculturais – e no ensino de conhecimentos assaz rudimentares sobre as línguas locais.

Claro que as palavras cristalinas de António Ennes ou Oliveira Martins foram gradualmente substituídas por outro tipo de considerações, assentes em lógicas de diferenciação e hierarquização racial e cultural mais elaboradas e (supostamente) *científicas*. Se se foi tornando cada vez mais difícil proferir frases como a escrita por Oliveira Martins – “a ideia de uma educação dos negros é absurda não só perante a História, mas também em virtude da capacidade mental dessas raças inferiores” –, o seu sentido não deixou de ser

¹⁹ António Cabreira (1902), *O Ensino Colonial e o Congresso de Lisboa*, 3.

partilhado socialmente, detendo um lugar central nos imaginários e nas ideologias imperiais e coloniais. Se afirmações como as que argumentavam que o suposto esforço civilizador não passava de uma “simpática ilusão” começaram a rarear (e já na altura não esgotavam as ideias sobre o assunto), o consenso relativo sobre os métodos que deviam materializar esse esforço não incluíam a promoção de projetos educativos em contexto colonial, especificamente dirigidos às populações colonizadas. Representações e discursos semelhantes, associados a uma tradição de pragmatismo colonial racializado, foram gradualmente abandonados ou mitigados, mas as práticas deles decorrentes nem tanto. A educação do africano foi sempre menosprezada. A *missão civilizadora* passava por outros princípios, instrumentos e objetivos.²⁰

Neste contexto, a educação para e pelo trabalho, sobretudo o compelido, tornou-se predominante.²¹ A “civilização rudimentar” que caracterizaria as populações coloniais a isso obrigava, segundo a justificação de António Enes. O estado colonial, “soberano de populações semibárbaras”, não devia ter “escrúpulo de obrigar e, sendo preciso, de forçar” os “rudes negros de África” a trabalhar, “a melhorarem-se pelo trabalho, a adquirirem pelo trabalho meios de existência mais feliz, a civilizarem-se pelo trabalho”. Paiva Couceiro concordava, sublinhando os perigos da educação primária enquanto “pedagogia essencial ou dominante”: devia ser apenas um complemento subordinado do “ensino do trabalho”. De outro

²⁰ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1978), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães Editores, 175-179, 213 e 255; Valentim Alexandre (2000), “Questão Nacional e Questão Colonial em Oliveira Martins”, in *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o império (1808-1975)*, 174-179. Porto: Edições Afrontamento; Miguel Bandeira Jerónimo (2010), *Livros Brancos, Almas Negras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

²¹ Sobre este assunto veja-se Miguel Bandeira Jerónimo (2010), *Livros Brancos, Almas Negras*.

modo, contribuiria para que os nativos se tornassem “avessos às actividades produtivas”.²²

A questão educativa foi sempre enquadrada pela questão do trabalho e pela necessidade de criar um sistema efetivo e eficiente de regulação, administração e distribuição da mão de obra nativa. A educação pelo trabalho foi a questão central, o instrumento privilegiado para *civilizar* as populações nativas, para que estas entrassem no “grémio da civilização”.²³ Apesar da existência de formas distintas de o justificar, umas mais *utilitaristas* e *pragmáticas* (a exploração colonial devia proceder “sem escrúpulos, preconceitos nem quimeras”, como dizia Oliveira Martins), outras mais crenes nos benefícios e na exequibilidade da *civilização*, este argumentário e as correspondentes políticas foram constantes da política colonial portuguesa. Como garante de uma exploração económica sem “escrúpulos” do império ou como uma *obrigação* civilizacional, a educação *para* e *pelo* trabalho foi um dos pilares inabaláveis da história do terceiro império. Nem a educação, laica ou religiosa, providenciada pelas estruturas eclesiásticas, sobretudo missionárias, foi uma alternativa séria, pelo menos até aos anos de 1940. A legislação de João Belo, o *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas da África e Timor* (1926), já renunciara a delegação do programa *civilizador* para a alçada das missões católicas. Entre as suas várias responsabilidades, estava o objetivo de desenvolver no seu interior a educação agrícola, com o objetivo de aprimorar os processos laborais, “primitivos” e “rudimentares”. A indispensável “disciplina social” nos mundos coloniais só poderia resultar da educação para e pelo trabalho: “a empresa misericordiosa de salvar

²² António Ennes (1946), “A Colonização Europeia de Moçambique”, in *Antologia Colonial Portuguesa*, Vol I. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 27-28; Paiva Couceiro (1910), *Angola: dois anos de governo, 1907-1909. História e Comentários*. Lisboa: Editora Nacional, 205-206.

²³ Miguel Bandeira Jerónimo, “Civilization guild”.

almas para Deus tem de se conciliar com a de educar corpos para o trabalho”, escreveu Ennes. Qualquer alternativa era assim uma “quimera”, um mero simulacro de civilização, com consequências consideradas perigosas.²⁴

As realidades educativas em contexto colonial eram um corolário óbvio destes discursos tornados políticas. Em 1908, o Grémio Africano de Lourenço Marques publicou um jornal intitulado *O Africano*, cujo subtítulo, bastante significativo, era *Número de Propaganda a Favor da Instrução*. Nele podia ler-se que a colonização não oferecia “nem estradas, nem fontes, nem oficinas, nem escolas!», sendo que o propósito era o de exigir a construção de *uma* “escola” onde se ensinasse “a verdade e o horror ao vício” às “crianças – os homens de amanhã”.²⁵

Em 1922 e 1925, dois relatórios organizados por Thomas Jesse-Jones (sociólogo da Universidade de Columbia e diretor do famoso Hampton Institute) para a Phelps-Stokes Foundation não deixavam dúvidas, confirmando, aliás, relatórios produzidos no interior da própria burocracia colonial, como aquele feito por Mário Costa para Moçambique, apresentado por António Barradas, ou aqueloutro assinado por Joaquim Vaz Solipa Norte, primeiro relator da Inspeção Escolar da Província de Moçambique.²⁶ A apreciação de Solipa Norte era clara, denunciando a distância entre o oficialmente declarado e as realidades coloniais: supostamente existiam “153 escolas com o nome pomposo de técnicas, profissionais, agrícolas, primárias” mas “o maior número das quais é impossível fiscalizar ou saber com

²⁴ Miguel Bandeira Jerónimo (2010), *Livros Brancos, Almas Negras*, 163. Veja-se ainda Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1978), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 257. Lisboa: Guimarães Editores; António Ennes (1913), *Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 175-178, 181-186 e 189.

²⁵ Miguel Bandeira Jerónimo (2010), *Livros Brancos, Almas Negras*, 166-167.

²⁶ Para uma análise mais detalhada destas questões veja-se Miguel Bandeira Jerónimo (2015a), *The ‘Civilising Mission’ of Portuguese Colonialism*, 111-121. Basingstoke: Palgrave Macmillan, Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series.

precisão onde demoram”. Do mesmo modo, a análise de Barradas não deixava dúvidas: “Escolas a valer, não chega a haver na colónia duas dúzias delas. As outras são palhotas em que um indígena quase analfabeto ensina a outros indígenas o Padre-Nosso e finge que os ensina a rabiscar quarto palavras e a soletrar outras tantas”. A estatística contabilizava escolas onde os alunos saíam a falar “árabe, landim e talvez inglês”, não português. Fazia o mesmo com palhotas onde se ensinavam os “sorates do Alcorão”, não o *verbo* da missão do império. Como em muitas outras situações, incluindo em períodos históricos mais tardios, a *razão* estatística obscurecia as realidades coloniais locais.²⁷

Os relatórios de Jesse-Jones (1922 e 1925) aludiam a situações semelhantes em Angola e Moçambique.²⁸ No caso de Angola, a escassez e a inadequação da instrução pública, a indiferença da administração colonial em relação aos problemas dos *indígenas*, o parco desenvolvimento material e cultural destes e os “desafortunados métodos utilizados pelos empregadores para obter mão de obra nativa barata” eram os aspetos salientados. Moçambique, por seu lado, “apresentava problemas educativos e coloniais que parecem impossíveis de ser resolvidos”. As debilidades da administração colonial e o carácter “desorganizado, desconexo e contraditório” da legislação colonial eram notadas. A arbitrariedade reinava. A inexistência de um programa civilizador e emancipatório através da educação era óbvia. Como se concluía no relatório, com inegável ironia e perspicácia, as autoridades portuguesas não podiam con-

²⁷ Joaquim Vaz Solipa Norte (1920), *Relatório do Inspetor da Instrução Primária da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 6-13; Mário Barradas (1928), “Relatório”, in *Boletim Económico e Estatístico*, série especial n.º 5. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, Repartição Estatística da Colónia de Moçambique, 56-57. Para o contexto veja-se ainda Miguel Bandeira Jerónimo (2010), *Livros Brancos, Almas Negras, maxime* 183-193.

²⁸ Para a sua história veja-se Miguel Bandeira Jerónimo (2015), *The ‘Civilising Mission’ of Portuguese Colonialism*, 109-133.

tinuar a invocar um passado glorioso como se isso solucionasse as “reais perplexidades do presente”.²⁹

Os princípios da *civilização* para e pelo trabalho e da educação para e pelo trabalho, ambos marcadamente caracterizados por múltiplos processos de racialização, foram pilares centrais da ação colonial. A escassez, real e percebida, de mão de obra nativa e a abundância de preconceitos raciais, mais ou menos explícitos, contribuiu para que esta realidade perdurasse, com variações geográficas e temporais importantes, até aos anos finais do império colonial, continuando a gerar contrariedades significativas à política externa nacional.³⁰ As retóricas, as ideologias e as propagandas da *missão civilizadora* e do lusotropicalismo dificilmente podem obscurecer estas realidades, ontem como hoje.

Estas ideologias detiveram um lugar central nos processos de *imperialização da nação*, ou seja, na emergência histórica de discursos e práticas, incluindo institucionais, que colocavam o império no âmago de projetos políticos, económicos e identitários. O império (re)afirmou-se como recurso simbólico e cultural fundamental para a (re)formulação da identidade nacional e como instru-

²⁹ Thomas Jesse Jones (ed.) (1922), *Education in Africa. A Study of West, South, and Equatorial Africa by the African Education Commission, under the Auspices of the Phelps-Stokes Fund and Foreign Mission Societies of North America and Europe*. New York: Phelps-Stoke Fund, 224-232, 236, 245-247; idem (1925), *Education in Africa: a study of East, Central and South Africa by the Second African Commission under the auspices of the Phelps-Stokes Fund, in cooperation with the International Board*. New York: Phelps-Stoke Fund.

³⁰ Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro (2014), “O império do trabalho. Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais”, in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (eds.), *Portugal e o fim do Colonialismo. Dimensões internacionais*. Lisboa: Edições 70, 15-54. Para um exemplo de uma contrariedade – a queixa que o Gana depositou na Organização Internacional do Trabalho contra Portugal pelo incumprimento das suas obrigações internacionais – veja-se: José Pedro Monteiro (2013), *Portugal, a Organização Internacional do Trabalho e o problema do trabalho nativo: a queixa do Estado do Gana*. Lisboa: Tese de Mestrado, FCSH.

mento político e económico da ambicionada regeneração nacional. A elaboração e disseminação pública de ideologias que veiculavam uma missão histórica e uma excecionalidade imperial – as missões históricas de colonizar e de civilizar, acompanhadas por processos de *sacralização* do império – desempenharam um papel crucial na imperialização da nação, sobretudo a partir dos anos de 1870, com a gradual consolidação de um nacionalismo de tipo imperial, sempre acompanhado por uma historiografia *essencialista*.³¹ O contexto internacional de competição interimperial contribuiu, por certo, para este fenómeno, tanto em finais de oitocentos como na fase tardia do império colonial. Estas ideologias foram igualmente importantes para a definição de uma política externa que enfatizava, de um ponto de vista retórico, a sua dimensão identitária, como sucedeu nas inúmeras conferências internacionais desde o último quartel do século XIX. A defesa do império – do seu presente mas também do seu futuro, do seu significado político, religioso, económico e cultural-identitário – era a defesa da nação, como o famoso *Ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria* de 1881 argumentava. Para que tal fosse possível, a nação, as suas elites, o seu *povo* tinham de ser imperializados, o projeto imperial legitimado, através de comemorações de mitos da expansão colonial, na sua *longue durée*, da disseminação de um *populismo* imperial, da formulação e disseminação de várias *teorias*

³¹ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (2015), “Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal”, in Dietmar Rothermund (ed.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945-2013*. Veja-se ainda Valentim Alexandre (2000a), “A Política Colonial em Finais de Oitocentos: Portugal e a Sacralização do Império”, in *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, 147-162. Porto: Edições Afrontamento. Sérgio Campos Matos (2002), “História e Identidade Nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, in *Lusotopie*. Lisboa: FLUL, 123-139. Veja-se ainda o recente estudo de Márcia Gonçalves (2015), *Beyond the “Imperial Mystique”: Empire and National Identity in the Portuguese Estado Novo (c. 1930-1951)*. Florence: PhD Thesis-European University Institute.

explicativas da excecional capacidade civilizadora dos portugueses, da difusão de imaginários e de ideologias imperiais racializadas. A necessidade de promover idiomas e repertórios de legitimação do projeto imperial no contexto do *novo imperialismo* gerou inúmeros debates e propostas de demonstração da *natureza* e *missão* histórica de colonizar e civilizar de que eram supostamente dotados os portugueses. O mesmo sucedeu nas décadas terminais do império.³²

Este processo de quase ininterrupta imperialização da nação, sempre relacionado com doutrinas de uma *excepcional* missão civilizadora, criou condições para a nacionalização de ideologias racialistas – por exemplo, o chamado *darwinismo* social – e para a racialização *estrutural* do projeto imperial, que foi justificando os processos de diferenciação e exclusão social das populações colonizadas, mesmo tendo em conta a gradual mitigação, obscurecimento ou mera codificação dos princípios racialistas, sobretudo com a promoção de retóricas assimilacionistas ou das vulgatas lusotropicalistas.³³ A imperialização da nação tornou-se uma *constante* da

³² *Ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria a Comissão do Fundo Africano Criada pela Sociedade de Geografia de Lisboa para Promover uma Subscrição Nacional Permanente Destinada ao Estabelecimento de Estações Civilizadoras nos Territórios Sujeitos e Adjacentes ao Domínio Português em África*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Para todo o contexto veja-se Miguel Bandeira Jerónimo (2012a), *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*. Lisboa: Edições 70. Para o período terminal veja-se Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (2015), “A Modernizing Empire? Politics, Culture and Economy in Portuguese Late Colonialism”, in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (eds.), *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*, 51-80. Para uma análise do debate coevo sobre relações raciais, veja-se Diogo Ramada Curto (2013), “O debate político sobre as raças”, versão portuguesa, desenvolvida, de “The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer’s Position”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 11.

³³ Para o exemplo da necessidade de se pensarem as condições históricas de produção do lusotropicalismo e interrogarem as intenções do seu principal pensador, veja-se Diogo Ramada Curto (2015), “Casa-grande & Senzala de Gilberto Freyre: Quatro Constatações em torno das Intenções do Autor”, in Cláudia Castelo e Marcos Cardão (eds.), *Gilberto Freyre. Novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp. Este conjunto de textos reaprecia o *lusotropicalismo* de Freyre e a sua vulgarização. Veja-se ainda Marcos Cardão (2012), *Fado Tropical: o Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)*. Lisboa: Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL.

definição de regimes políticos (e respetivos atores e instituições), de culturas políticas domésticas, de políticas e enquadramentos legislativos, de formas de imaginação da identidade nacional, de orientação da política externa. Apesar de significativas diferenças de contexto e substância, tornou-se um elemento de continuidade histórica que ainda hoje condiciona os debates historiográficos e os debates políticos.³⁴

Claro que as realidades coloniais contrastaram quase sempre com as projeções da *civilizada missão civilizadora*. Os usos e abusos do trabalho nativo em contexto colonial; a já referida racialização das sociedades coloniais e as associadas *políticas da diferença*; a quase ausência de estruturas educativas (sendo que as existentes eram quase exclusivamente dirigidas para as populações urbanas, “brancas”); a escassez da presença eclesiástica e missionária (com uma deficiente preparação); um estado colonial *fraco*, com uma débil capacidade de territorialização política, económica (incluindo fiscal) e militar; e o insuficiente desenvolvimento económico das colónias até à última década da sua existência; todos estes aspetos foram contradizendo as doutrinas de excecionalidade do imperialismo e do colonialismo português.³⁵ Colocam ainda inúmeros problemas

³⁴ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (2015), “Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal”, in Dietmar Rothermund (ed.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945-2013*.

³⁵ Idem. Para cada um destes tópicos veja-se ainda James Duffy (1967), *A Question of Slavery: Labour Policies in Portuguese Africa and the British Protest 1850-1920*. Oxford: Oxford University Press; Patrícia Ferraz de Matos (2013), *The colours of the empire: racialized representations during Portuguese colonialism*. New York: Berghahn; Michael Samuels (1970), *Education in Angola, 1878-1914: A history of cultural transfer and administration*. New York: Teachers College Press; Hugo Gonçalves Dores (2015), *A Missão da República: Política, religião e o império colonial português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70; Miguel Bandeira Jerónimo (2013), “The States of empire”, in Luís Trindade (org.), *The Making of Modern Portugal*, 65-101; William Clarence-Smith (1985), *The Third Portuguese Empire (1825-1975)*. Manchester: Manchester University Press; Jorge Pedreira (1998), “O Sistema de Trocas”, in Francisco Bethencourt and Kirti Chaudhuri (eds.), *História da Expansão Portuguesa. Do Brasil para África*, Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 214-299.

por resolver a todos os que pretendem refletir judiciosamente (e empiricamente) sobre os *patrimónios* linguísticos e culturais e os *legados* plurais das trajetórias imperial e colonial portuguesas. Por exemplo, os *patrimónios* e os usos da língua portuguesa e as disputas sobre o grau da sua disseminação social e sobre a sua relevância na *ordem* cultural, tanto no período colonial como pós-colonial, têm de ser interrogados sem cair nas armadilhas retóricas e historiográficas produzidas pelas ideologias da excecionalidade. Mais do que uma demonstração de *capacidade* colonizadora ou de adesão a um suposto programa civilizador, a procura e o uso generalizado da língua portuguesa em contexto colonial foram essencialmente instrumentos de mobilidade social num contexto dominado por políticas da diferença, fortemente racializadas, que reproduziam e reforçavam desigualdades de várias espécies.³⁶ Apesar destas realidades, contudo, ontem como hoje, continuam a ser obscurecidas ou desvalorizadas pela continuada proclamação, por políticos, propagandistas ou académicos, nem sempre sendo fácil distingui-los, de uma putativa forma *especial* de promoção de contactos e de trocas culturais (as tendências *naturais* posteriormente codificadas), de uma putativa predominância de traços humanitários da história colonial e imperial lusa, de um putativo enfoque na civilização, na assimilação, na evangelização, na promoção do *modo português de estar no mundo* e da lusofonia, aspetos estes que, desta forma propagandeados, condicionam, quando não impedem, um debate menos etéreo sobre as consequências económicas e (geo)políticas do império e das suas colónias, ou dos seus *legados*.³⁷

³⁶ Miguel Bandeira Jerónimo (2006), “Os Missionários do Alfabeto nas Colónias Portuguesas (1880-1930)”, in Diogo Ramada Curto (ed.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, 33. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

³⁷ Alfredo Margarido (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Universitárias Lusófonas.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim (2000), “Questão Nacional e Questão Colonial em Oliveira Martins”, in *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o império (1808-1975)*, 174-179. Porto: Edições Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim (2000a), “A Política Colonial em Finais de Oitocentos: Portugal e a Sacralização do Império”, in *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, 147-162. Porto: Edições Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim (2005) “O Império Português (1825-1890): ideologia e economia”, *Análise Social*, Vol. XXXVIII, n.º 169, 959-979.
- ANDERSON, Benedict (2012), *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Coleção História&Sociedade, Edições 70.
- BAROT, Rohit; BIRD, John (2001), “Racialization: The Genealogy and Critique of a Concept”, in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, n.º 4, 601-618.
- BARRADAS, Mário (1928), “Relatório”, in *Boletim Económico e Estatístico*, série especial n.º 5. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, Repartição Estatística da Colónia de Moçambique, 56-57.
- BELL, Duncan (2013), “The ideologies of Empire”, in Michael Freeden, Lyman Tower Sargent & Marc Stears (eds.), *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press, *maxime* 543 e ss.
- BETHENCOURT, Francisco (2013), *Racisms: from the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton, Oxford: Princeton University Press.
- BOWDEN, Brett (2009), *The Empire of Civilization: The Evolution of an Imperial Idea*. Chicago: University of Chicago Press.
- CABREIRA, António (1902), *O Ensino Colonial e o Congresso de Lisboa*, 3.
- CALLAHAN, Michael (2004), *A Sacred Trust: The League of Nations and Africa, 1929-1946*. Brighton: Sussex Academic Press.
- CARDÃO, Marcos (2012), *Fado Tropical: o Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)*. Lisboa: Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL.
- CAYOLLA, Lourenço (1912), *Sciencia da colonização*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

- CLARENCE-SMITH, William (1985), *The Third Portuguese Empire (1825-1975)*. Manchester: Manchester University Press.
- COOPER, Frederick; BURBANK, Jane (2010), *Empires in world history*. Princeton: Princeton University Press, 11-13.
- COUCEIRO, Paiva (1910), *Angola: dois anos de governo, 1907-1909. História e Comentários*. Lisboa: Editora Nacional, 205-206.
- CRAWFORD, Neta (2002), *Argument and Change in World Politics: Ethics, Decolonization, Humanitarian Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRUZ, Bernardo (2015), *Proto-totalitarismo de gabinete: A génese e consolidação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar*. Lisboa: Tese de Mestrado, FCSH-UNL.
- CURTO, Diogo Ramada (2013), “O debate político sobre as raças”, versão portuguesa, desenvolvida, de “The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer’s Position”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 11.
- CURTO, Diogo Ramada (2015), “Casa-grande & Senzala de Gilberto Freyre: Quatro Constatações em torno das Intenções do Autor”, in Cláudia Castelo e Marcos Cardão (orgs.), *Gilberto Freyre. Novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp.
- DERRICK, Jonathan (2008), *Africa’s ‘Agitators’: Militant Anti-Colonialism in Africa and the West, 1918-1939*. London: Hurst.
- DORES, Hugo Gonçalves (2015), *A Missão da República: Política, religião e o império colonial português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70.
- DUFFY, James (1959), *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 292-293.
- DUFFY, James (1967), *A Question of Slavery: Labour Policies in Portuguese Africa and the British Protest 1850-1920*. Oxford: Oxford University Press.
- ENNES, António (1913), *Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 175-178, 181-186 e 189.
- ENNES, António (1946), “A Colonização Europeia de Moçambique”, in *Antologia Colonial Portuguesa*, Vol I. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 27-28.

- FREEDEN, Michael (2004), “Ideology, political theory and political philosophy”, in Gerald Gaus e Chandran Kukathas (eds.), *Handbook of Political Theory*. London: Sage, 173-199.
- GOLDBERG, David Theo (2002), *The Racial State*. Oxford: Blackwell.
- GOLDBERG, David Theo (2002a), “Racial States”, in David Theo Goldberg e John Solomos (eds), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*. Oxford: Blackwell, 233-258.
- HODGE, Joseph; HODL, Gerald e KOPF, Martina (eds.) (2014), *Developing Africa: Concepts and Practices in Twentieth Century Colonialism*. Manchester: Manchester University Press.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2006), “Os Missionários do Alfabeto nas Colónias Portuguesas (1880-1930)”, in Diogo Ramada Curto (org.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, 29-67. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2010), *Livros Brancos, Almas Negras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2012), “The “Civilization Guild”: Race and Labour in the Third Portuguese Empire c.1870-1930”, in Francisco Bethencourt e Adrian Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese Speaking World*. Londres: Oxford University Press, 173-199.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2012a), *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*. Lisboa: Edições 70.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2013), “The States of Empire (1880-1975)”, in Luís Trindade (ed.), *The Making of State Power in Portugal*. Cambridge: Cambridge Scholars Press, 65-101.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira; MONTEIRO, José Pedro (2014), “O império do trabalho. Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais”, in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (orgs.), *Portugal e o fim do Colonialismo. Dimensões internacionais*. Lisboa: Edições 70, 15-54.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2015), “Geografias vitais: A imaginação (geo) política do novo imperialismo europeu (1870-1920)”, in Francisco Colom

- González, (ed.), *El espacio político. Aproximaciones al 'giro espacial' en la teoría política*. Madrid: Editorial Anthropos.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2015a), *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, in Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, 111-121.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (2015), "Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal", in Dietmar Rothermund (ed.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945-2013*. Cambridge: Cambridge University Press, 97-119.
- JONES, Thomas Jesse (ed.) (1922), *Education in Africa. A Study of West, South, and Equatorial Africa by the African Education Commission, under the Auspices of the Phelps-Stokes Fund and Foreign Mission Societies of North America and Europe*. New York: Phelps-Stoke Fund, 224-232, 236, 245-247.
- JONES, Thomas Jesse (ed.) (1925), *Education in Africa: a study of East, Central and South Africa by the Second African Commission under the auspices of the Phelps-Stokes Fund, in cooperation with the International Board*. New York: Phelps-Stoke Fund.
- LONG, David; SCHMIDT, Brian (eds.) (2005), *Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations*. Albany: SUNY Press.
- MADEIRA, Ana Isabel (2007), *Ler, Escrever e Orar: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950*. Lisboa: Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Universitárias Lusófonas.
- MARQUES, João Pedro (2006), *The Sounds of Silence: Nineteenth-Century Portugal and the Abolition of the Slave Trade*. Oxford: Berghahn Books.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1978), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães Editores, 175-179, 213 e 255.

- MATOS, Patrícia Ferraz de (2013), *The colours of the empire: racialized representations during Portuguese colonialism*. New York: Berghahn.
- MATOS, Sérgio Campos (2002), “História e Identidade Nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, in *Lusotopie*. Lisboa: FLUL, 123-139.
- MONTEIRO, José Pedro (2013), *Portugal, a Organização Internacional do Trabalho e o problema do trabalho nativo: a queixa do Estado do Gana*. Lisboa: Tese de Mestrado, FCSH.
- MURJI, Karim; SOLOMOS, John (eds) (2005), *Racialization: Studies in Theory and Practice*. Oxford: Oxford University Press.
- NORTE, Joaquim Vaz Solipa (1920), *Relatório do Inspetor da Instrução Primária da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 6-13.
- PAULO, João Carlos (1992), “A Honra da Bandeira”. *A Educação Colonial no Sistema de Ensino Português (1926-1946)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, FCSH-UNL.
- PAULO, João Carlos (1999), “Da Educação Colonial Portuguesa ao Ensino no Ultramar”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chadhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vols. 5, 304-333.
- PAULO, João Carlos (2001), “Cultura e Ideologia Colonial”, in António Henrique de Oliveira Marques (org.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 34-35.
- PEDREIRA, Jorge (1998), “O Sistema de Trocas”, in Francisco Bethencourt and Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa. Do Brasil para África*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. IV, 214-299.
- PORTER, Andrew (2011), *O Imperialismo Europeu, 1860-1914*. Lisboa: Coleção História&Sociedade, Edições 70.
- SAMUELS, Michael (1970), *Education in Angola, 1878-1914: A history of cultural transfer and administration*. New York: Teachers College Press.
- SANTOS, Francisco Bahia dos (1955), *Política Ultramarina de Portugal*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 181.

STEINMETZ, Georges (ed.) (2013), *Sociology and Empire: The Imperial Entanglements of a Discipline*. Durham, NC: Duke University Press.

TAYLOR, Charles (2014), *Modern Social Imaginaries*. Durham, NC: Duke University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)